



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: ADA68-11055-1B452



Parecer Prévio 00077/2025-4 - 1ª Câmara

Processo: 04673/2024-7

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2023

UG: PMPB - Prefeitura Municipal de Ponto Belo

Relator: Davi Diniz de Carvalho

Responsável: JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR

Procuradores: LEONARDO DA SILVA LOPES (OAB: 28526-ES), ALTAMIRO THADEU
FRONTINO SOBREIRO (OAB: 15786-ES), GREGORIO RIBEIRO DA SILVA (OAB: 16046-
ES)

RELATÓRIO
E PARECER
PRÉVIO

CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

EXERCÍCIO

2023

MUNICÍPIO

PONTO BELO



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Composição

Conselheiros

Domingos Augusto Taufner - Presidente
Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - Vice-presidente
Sebastião Carlos Ranna de Macedo - Ouvidor
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - Corregedor
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - Diretor da Escola de Contas Públicas
Rodrigo Coelho do Carmo – Conselheiro
Davi Diniz de Carvalho – Conselheiro

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas
Marco Antônio da Silva
Donato Volkers Moutinho

Ministério Público junto ao Tribunal

Luciano Vieira - Procurador Geral
Luis Henrique Anastácio da Silva
Heron Carlos Gomes de Oliveira

Conteúdo do Parecer Prévio

Conselheiro Relator

Davi Diniz de Carvalho

Procurador de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva

Audidores de Controle Externo

Adecio de Jesus Santos
André Lucio Rodrigues de Brito
Beatriz Augusta Simmer Araujo
Cesar Augusto Tononi de Matos
Jaderval Freire Junior
Jose Carlos Viana Gonçalves
Julia Sasso Alighieri
Mayte Cardoso Aguiar
Paulo Roberto Das Neves
Robert Luther Salviato Detoni
Rodrigo Reis Lobo de Rezende
Silvia de Cassia Ribeiro Leitão
Walternei Vieira de Andrade

SUMÁRIO EXECUTIVO

O que o TCEES apreciou?

Em cumprimento ao art. 31, § 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) c/c o art. 71, inciso II, da Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (CE/1989), o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) apreciou as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo municipal de Ponto Belo, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior, relativas ao exercício de 2023, com a finalidade de emitir o parecer prévio, como requisito essencial para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva Câmara Municipal, na forma prevista no art. 31, § 2º, da CF/1988 c/c o art. 29 da CE/1989.

Na apreciação, o Tribunal examinou a atuação do prefeito no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal; bem como a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e o devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis.

No que tange à metodologia utilizada, a Corte examinou os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa (IN) TC 68, de 8 de dezembro de 2020, de forma a possibilitar a avaliação da gestão política do chefe do Poder Executivo municipal. Essa avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente ao TCEES, baseou-se no escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016, e, ainda, nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável, contemplando adoção de procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram no relatório integrante do presente parecer prévio. Cabe registrar, ainda, que o Tribunal buscou identificar, inclusive em processos de

fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

O que o TCEES encontrou?

Do exame da execução orçamentária, financeira, fiscal e da observância aos limites constitucionais foram identificados resultados da gestão, dentre os quais destacam-se os demonstrados no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Principais resultados de gestão financeira, fiscal e limites constitucionais

	Dispositivo Legal	Valor	Limite	Executado
Resultado Orçamentário	Art. 102 e Anexo XII da 4.320/1964	-3.091.035,61		
Resultado Financeiro (*)	Art. 103 e Anexo XII da 4.320/1964	6.275.539,85		
Repasse Duodécimo ao poder legislativo	Art. 29-A da CF/88	1.320.000,00	max. 7%	5,02%
Receita Bruta de Impostos		27.499.503,20		
Manutenção do Ensino	Art. 212, caput, da CF/88	9.077.292,78	min. 25%	33,01%
Receita Cota Parte FUNDEB		5.694.535,36		
Remuneração do Pessoal da Educação Básica	Art. 60, XII do ADCT da CF/88	5.188.525,13	min. 60%	91,11%
Receitas Impostos e Transferências		27.499.503,20		
Despesas com Ações e Serviços de Saúde	Art. 77, III do ADCT da CF/88	5.769.228,90	min. 15%	20,98%
Receita Corrente Líquida (RCL)	Art. 2º, IV, "c" da LRF	40.653.481,39		
Receita Corrente Líquida p/fins de endividamento (RCL)		40.653.481,39		
Despesa com pessoal - limite do poder executivo	Art. 20, III, "b" da LRT	20.497.431,09	máx. 54%	50,42%
Despesa com pessoal - limite consolidado do ente	Art. 19, III da LRF	21.502.485,86	máx. 60%	52,89%
Dívida Consolidada Líquida	Art. 55 e 59 da LRF c/c Art. 3º, II da Res. 40/2001	-5.340.881,65	máx. 120%	-13,14%
Operações de Crédito	Art. 29 LRF c/c Art. 7º, I, da Res. 43/2001	0,00	máx. 16%	0,00%
Contratação por Antecipação de Receita Orçamentária	Art. 38 LRF c/c Art. 10 da Res. 43/2001	0,00	máx. 7%	0,00%
Garantias concedidas	Art. 9º da Res. 43/2001	0,00	máx. 22%	0,00%
Disponibilidade de Caixa Líquida	Art. 1º, § 1º da LRF	6.273.274,28		
Regra de Ouro	Art. 167, III, da CF/88	cumpriu		
Limite 85% e 95% da EC 109/2021		85% a 95%		103,14%

Fonte: Elaborado pelo Relator

Acerca da gestão orçamentária que foram **mantidos** os achados identificados nas subseções **3.2.1.5, 3.2.1.15.1, 3.2.1.15.2, 3.3.1.1 e 3.4.9** do **RT 291/2024-1**, com potencial para **macular as contas de governo**:

9.1 Déficit na execução orçamentária (achado 3.2.1.5 do RT 291/2024-1, analisado nas subseções 9.1 e 10.1 da ITC 04039/2025-6, bem como na subseção II.2.1.1 do voto do Relator).

9.2 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (*achado 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1, analisado nas subseções 9.2 e 10.1 da ITC 04039/2025-6, bem como na subseção II.2.1.4.1 do voto do Relator*).

9.3 Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (*achado 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1 analisado nas subseções 9.3 e 10.1 da ITC 04039/2025-6, bem como na subseção II.2.1.4.2 do voto do Relator*).

9.4 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (*achado 3.3.1.1 do RT 291/2024-1, analisado nas subseções 9.4 e 10.1 da ITC 04039/2025-6, bem como na subseção II.2.1.2 do voto do Relator*).

9.5 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (*achado 3.4.9 do RT 291/2024-1, analisado nas subseções 9.5 e 10.1 da ITC 04039/2025-6, bem como na subseção II.2.1.3 do voto do Relator*).

Em relação às demonstrações contábeis, a área técnica registrou que não há conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas, parte integrante da prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal do exercício de 2023, não representem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação financeira, orçamentária e patrimonial** do Município em 31 de dezembro de 2023.

Por fim, embora não abordados neste tópico, encontram-se destacados na Instrução Técnica Conclusiva 04039/2025-6 - integrante deste parecer prévio independentemente da transcrição - informações relevantes sobre a: conjuntura

econômica e fiscal [seção 2]; renúncia de receitas [subseção 3.5]; condução da política previdenciária [subseção 3.6]; riscos à sustentabilidade fiscal [subseção 3.7]; dados e informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município [seção 4]; resultados alcançados nas políticas públicas [seção 5]; fiscalização em destaque [seção 6]; controle interno [seção 7] e monitoramento das deliberações do colegiado [seção 8].

Qual é a deliberação?

Propõe-se que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo emita parecer prévio pela **REJEIÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pelo Prefeito Municipal de Ponto Belo, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior.

Ressalta-se a existência de proposições no sentido de expedir **determinação e ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, quanto às ocorrências registradas na Instrução Técnica Conclusiva 04039/2025-6 e neste voto.

Quais os próximos passos?

Encerrada a apreciação das contas prestadas pelo prefeito, o TCEES encaminhará o parecer prévio à Câmara Municipal de Ponto Belo, titular da competência constitucional para o seu julgamento. Após a decisão final do Legislativo, o presidente da câmara deve remeter ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do ato de julgamento e da ata da sessão deliberativa.

Na sequência, com base nas conclusões geradas no âmbito da referida apreciação, o Tribunal passará a monitorar o cumprimento das deliberações do colegiado, bem como os resultados delas advindos.

Finalmente, é importante registrar que o Tribunal mantém os seus pareceres prévios e os resultados dos julgamentos efetuados pelo Poder Legislativo disponíveis ao acesso de todos no Painel de Controle [<https://paineldecontrole.tcees.tc.br>], ferramenta de controle social e de suporte à tomada de decisões dos gestores públicos na qual podem ser consultadas múltiplas informações sobre a gestão dos recursos públicos do estado do Espírito Santo e dos municípios capixabas.

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), instituição competente para o controle externo da administração orçamentária, financeira, operacional, contábil e patrimonial do Estado do Espírito Santo e dos municípios capixabas, tem como uma de suas principais atribuições *“apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelos Prefeitos, no prazo de até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento”*.

As contas ora analisadas, referentes ao exercício de 2023, são de responsabilidade do Prefeito Municipal de Ponto Belo, Senhor Jaime Santos Oliveira Junior, tendo sido encaminhadas à Corte de Contas no dia 28 de março de 2024, em observância ao prazo limite de 1º de abril de 2024, definido em instrumento normativo aplicável.

Estas contas referem-se ao período de atuação do(a) responsável e abrangem a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades dos poderes Executivo e Legislativo. Incluem ainda o balanço geral do município e as demais informações exigidas pela Instrução Normativa TC 68/2020. Adicionalmente, estão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão municipal responsável pelo controle interno.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal, fundamentado em análise técnica aprofundada das contas prestadas, subsidia o julgamento do Poder Legislativo, fornecendo elementos técnicos para orientar sua decisão e, assim, atender à sociedade em seu legítimo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos municipais.

Esse parecer está organizado em três capítulos principais: Relatório, Fundamentação e Deliberação.

No **Capítulo I – Relatório**, apresenta-se, de forma breve, um histórico do processo até a emissão do voto.

No **Capítulo II – Fundamentação**, são expostos os fundamentos da proposta de deliberação, destacando-se brevemente alguns pontos das análises realizadas pela área técnica do TCEES e pelo Ministério Público de Contas junto ao TCEES, além de apresentar as análises e conclusões do relator, acerca dos achados apontados pela área técnica.

Por fim, o **Capítulo III – Deliberação** consubstancia a decisão, apresentando a proposta de parecer prévio a ser aprovado pelo TCEES, além de outras deliberações complementares que integram o julgamento.

SUMÁRIO

I	RELATÓRIO	11
II	FUNDAMENTOS	14
II.1	INTRODUÇÃO.....	14
II.2	MÉRITO	17
	<i>II.2.1 ACHADOS.....</i>	<i>22</i>
	<i>II.2.2 CONCLUSÃO.....</i>	<i>47</i>
III	PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO	49

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO
– MUNICÍPIO DE PONTO BELO – 2023 – DÉFICIT
ORÇAMENTÁRIO – DÉFICIT FINANCEIRO –
RESTOS A PAGAR SEM DISPOBILIDADE DE
CAIXA – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS –
RGPS – NÃO PAGAMENTO – DESEQUILÍBRIO
DAS CONTAS PÚBLICAS - PARECER PRÉVIO –
REJEIÇÃO – CIÊNCIAS - ARQUIVAMENTO.**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo Prefeito Municipal de Ponto Belo, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior, estão em condições de serem **REJEITADAS** pela Câmara Municipal de Ponto Belo.

O RELATOR, EXMO. SR. CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO:

I RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas anual de chefe de Poder Executivo, referente ao exercício de 2023, de responsabilidade do Sr. Jaime Santos Oliveira Junior, Prefeito Municipal de Ponto Belo, encaminhada para apreciação deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) com vistas à emissão de parecer prévio.

A prestação de contas foi analisada pelas unidades técnicas (doravante denominadas área técnica), conforme Relatório Técnico nº 291/2024-1 (peça 104), por meio do qual

foi proposta, além da expedição de ciência ao atual chefe do Poder Executivo, sua citação, com fulcro no art. 126 do Regimento Interno do TCEES (RITCEES), para manifestação acerca dos seguintes apontamentos:

- Déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1).
- Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1)
- Divergência entre os valores apurados no inventário de bens do imobilizado e o saldo registrado no Balanço Patrimonial Consolidado (subseção 4.1.5.1 do RT 291/2024-1)
- Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1)
- Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1)
- Inscrição de restos a pagar processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1).
- Inscrição de restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1).

Devidamente citado (Decisão SEGEX nº 01161/2024-1 e Termo de Citação 00395/2024-2), o Sr. Jaime Santos Oliveira Junior apresentou suas justificativas nos autos (peças 109 a 111), que foram, posteriormente, analisadas pela área técnica, cujas análises foram relatadas na Instrução Técnica Conclusiva (ITC) nº 01585/2025-4 (peça 115), por meio da qual propõe a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, considerando que:

- ✓ A seguinte ocorrência foi afastada, mediante acolhimento das razões apresentadas, conforme análise na **subseção 9.6** da ITC nº 01585/2025-4:
 - Divergência entre os valores apurados no inventário de bens do imobilizado e o saldo registrado no Balanço Patrimonial Consolidado (subseção 4.1.5.1 do RT 291/2024-1)

- ✓ As demais não conformidades registradas no RT 291/2024-1, subseções **3.2.1.5, 3.2.1.15.1, 3.2.1.15.2, 3.3.1.1, 3.4.9**, analisadas conclusivamente nas subseções **9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5** da ITC, foram mantidas e considerado que representam **grave infração** à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, cujos efeitos, analisados isoladamente ou em conjunto, são relevantes e possuem o condão de **macular as contas de governo**

Em seguida, os autos foram encaminhados ao **Ministério Público de Contas (MPC)**, que se manifestou por meio do **Parecer Ministerial nº 01136/2025-1**, da lavra do Procurador Luiz Henrique Anastácio da Silva, que anuiu à proposta contida na ITC nº 01585/2025-4.

Pautados os autos, na 20ª sessão virtual da 1ª Câmara, realizada no dia 06 de junho de 2025, o responsável, por meio de seu representante legal, apresentou sustentação oral (Notas Taquigráficas 0039/2025-9, peça 123), juntando aos autos memorial de defesa e outros documentos (peças 121 e 122).

Após, os autos foram encaminhados à área técnica para análise dos argumentos apresentados.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade (NCONTAS) e o Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal (NGF), por meio respectivamente das Manifestações Técnicas nº 01931/2025-9 (peça 127) e 02056/2025-6 (peça 129), não acolheram as alegações apresentadas em sede de sustentação oral e opinaram pela manutenção dos apontamentos.

Em seguida, o Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCCONTAS) elaborou a **Instrução Técnica Conclusiva (ITC) nº 04039/2025-6**, acolhendo todas as conclusões contidas nas Manifestações Técnicas (MT) e **propondo a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas** do exercício de 2023, apresentadas pelo Prefeito Municipal de Ponto Belo, Jaime Santos Oliveira Junior.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer nº 04279/2025-6 (peça 133)**, de lavra do Procurador Luiz Henrique Anastácio da Silva, manifestou-se anuindo à proposta contida na **Instrução Técnica Conclusiva (ITC) nº 04039/2025-68**.

Após a manifestação ministerial, os autos retornaram conclusos a este Gabinete para a prolação de voto.

II FUNDAMENTOS

II.1 INTRODUÇÃO

Por força dos arts. 84, inciso XXIV, 31, § 2º, e 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), anualmente, os Chefes do Poder Executivo devem prestar contas referentes ao exercício anterior. Tais contas, na sistemática constitucional, devem ser apreciadas pelo Tribunal de Contas competente e julgadas pelo respectivo Poder Legislativo, conforme estabelecem, de forma combinada, os arts. 71, inciso I, 75, 31, § 2º, e 49, inciso IX, da CF/1988.

A CF/1988 atribui ao parlamento a competência para o julgamento das contas dos governantes, porém, determina aos Tribunais de Contas o dever de apreciar as contas e emitir parecer prévio a seu respeito. Na perspectiva de Moutinho (2021, p.48)¹ este arranjo constitucional tem a “finalidade de reduzir a assimetria de informação entre o Executivo e o Legislativo e, também, de amenizar o caráter político desse julgamento, devem apreciar as contas e emitir parecer prévio a seu respeito”.

Assim, em cumprimento ao que dispõe a CF/1988, replicado por simetria nos arts. 91, XVIII, 29, § 2º, e 71, inciso II, Constituição Estadual de 1989 (CE/1989), o TCEES apreciou as contas prestadas pelo Prefeito de Ponto Belo, com a finalidade de subsidiar o julgamento posterior pela respectiva Câmara Municipal.

¹ MOUTINHO, Donato Volkers. Contas dos governantes, pandemia e direito financeiro emergencial: o triplo impacto na apreciação pelos tribunais de contas. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 42-65, jul./dez. 2021. p. 48.

De acordo com o art. 76, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 621/2012, as contas anuais prestadas pelos prefeitos precisam ser acompanhadas do relatório e parecer conclusivo do controle interno municipal e sua composição é definida pelo próprio TCEES, em seus atos normativos. A LC 621/2012 dispõe, ainda, em seu art. 80, I, II e III, que o parecer prévio sobre as contas de Governo poderá ser pela:

- **Aprovação**, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
- **Aprovação com ressalva**, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
- **Rejeição**, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal, ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

Desta forma, a apreciação desta Prestação de Contas Anual, consiste em uma análise geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal ocorrida no exercício, resultando na opinião se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial bem como sobre a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento, nos moldes do previsto no art. 124 do Regimento Interno do TCEES.

Nesse contexto, o Tribunal examinou a atuação do prefeito no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal. Avaliou também a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas, bem como o cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis, cujas análises encontram-se nas peças de instrução que compõem os presentes autos.

No que tange à metodologia utilizada, a Corte examinou os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa (IN) TC 68/2020, de forma a possibilitar a avaliação da gestão pública do chefe do Poder Executivo municipal. Essa avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente ao TCEES, baseou-se no escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC nº 297/2016, bem como nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável. Foram adotados procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram no relatório integrante do presente parecer prévio. Cabe registrar, ainda, que o Tribunal buscou identificar, inclusive em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

Com o objetivo de oferecer um parecer prévio abrangente e informativo aos parlamentares, à sociedade e aos demais usuários, nos moldes permitidos pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e por seu decreto regulamentar (art. 2º, §3º)², o conteúdo da Instrução Técnica Conclusiva nº 04039/2025-6 (peça 131), são adotados como parte da fundamentação deste voto, independentemente de transcrição, consideradas as razões de decidir expressas nas seções subsequentes deste voto.

²Decreto Nº 9.830, de 10 de junho de 2019. Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos. [...] **§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão. (grifos nossos)**

II.2 MÉRITO

Os tópicos a seguir elencados foram extraídos das peças de instrução que compõem o exame da presente prestação de contas, em especial na **ITC nº 04039/2025-6** (peça 115) que, como já mencionado, é parte integrante da fundamentação deste voto.

Na sequência, sem adentrar nos indícios de irregularidade, que serão tratados na subseção específica (**II.2.1**), passo a destacar, de forma resumida, alguns pontos das análises:

1. **Conjuntura econômica** (seção 2 da ITC nº 04039/2025-6): abrange dados acerca da economia municipal e das finanças públicas, incluindo temas como política fiscal e capacidade de pagamento (CAPAG), dívida pública e previdência. Destaca-se que:
 - a. A última nota CAPAG, disponível ao município de Ponto Belo, foi **B**;
 - b. O município apresentou DCL negativa, indicando que possui uma situação financeira que suporta o seu endividamento;
 - c. O município não possui regime próprio de previdência.
2. **Conformidade da execução orçamentária e financeira** (seção 3 da ITC nº 04039/2025-6): abrange a gestão orçamentária, financeira e fiscal, além de limites legais e constitucionais, renúncia de receitas, condução da política previdenciária e riscos à sustentabilidade fiscal. Passo a destacar alguns aspectos relacionados à gestão orçamentária, financeira e fiscal apontados na análise técnica:
 - ✓ Identificou-se um **resultado deficitário** de R\$ 3.091.035,61 na execução orçamentária de 2023, que não foi absorvido por superávit financeiro do exercício anterior (subseção 3.2.1.5 da ITC nº 04039/2025-6).
 - ✓ Constatou-se que a abertura de créditos adicionais suplementares ocorreu nos limites da autorização legislativa. No entanto, identificou-se insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro do exercício anterior nas fontes de recursos 571, 700, tendo em vista o parágrafo único do art. 8º da LRF. Entretanto, estas

fontes de recurso são relativas a transferências de convênios vinculadas à educação recebidos do Estado (571) e, transferências de convênios firmados com a União, portanto, a análise técnica levou em consideração o Parecer de Consulta TC 28/2004.

- ✓ Identificou-se ausência de pagamento e recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias patronais e dos servidores (subseção 3.2.1.15 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ O saldo em espécie transferido para 2024 foi de R\$ 9.120.073,25, enquanto os restos a pagar somaram R\$ 2.275.532,23 (subseção 3.3.1 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ Identificou-se resultado financeiro superavitário em R\$ 6.275.539,85. Porém, foi identificado *déficit* financeiro, reconhecido contabilmente no exercício, em determinadas fontes de recursos vinculados, sendo que a fonte de recursos não vinculados também registrou *déficit* financeiro. Foi proposta a citação e submetido o achado ao crivo do relator.
- ✓ Aplicação de **33,01% da receita resultante de impostos** em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o limite mínimo do art. 212 da CF (subseção 3.4.2.1 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ **91,11% dos recursos do Fundeb** foram destinados ao pagamento de profissionais da educação básica, superando o limite mínimo de 70% (art. 212-A, XI, da CF) (subseção 3.4.2.2 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ Aplicação de **20,98% da receita em ações e serviços públicos de saúde**, cumprindo o limite constitucional (subseção 3.4.3.1 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ **Despesa com pessoal**: respeitado o limite máximo, apesar de ultrapassado o limite de alerta da despesa de pessoal do Poder Executivo (subseções 3.4.4.1 e 3.4.4.2 da ITC nº 04039/2025-6)
- ✓ Com base na autodeclaração (arquivo PESS), o chefe do Poder Executivo não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, em conformidade com o art. 21, I, da LRF (subseção 3.4.5 da ITC nº 04039/2025-6).

- ✓ **Dívida consolidada líquida:** -13,14% da receita corrente líquida, em conformidade com o art. 55, I, “b”, da LRF e Resolução Senado 40/200 (subseção 3.4.6 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ Não foram identificadas **operações de crédito** e tampouco de concessão de **garantias e contragarantias** (subseção 3.4.7 e 3.4.8 da ITC nº 04039/2025-6).
- ✓ **Liquidez:** Ao final de 2023, **não havia saldo suficiente nas fontes de recursos não vinculados (ordinários) para cobrir a disponibilidade de caixa líquida total negativa das fontes de recursos vinculados**, descumprindo o art. 1º, § 1º, da LRF (subseção 3.4.9 c/c 9.4 da ITC nº 04039/2025-6 e II.2.1.3 deste voto).
- ✓ **Alienação de ativos:** foi constatado o cumprimento do art. 44 da LRF que veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
- ✓ **Renúncia de receitas:** foram identificadas falhas nas ações de responsabilidade fiscal para concessão de renúncia de receitas: planejamento, equilíbrio fiscal e transparência.

Acolho proposição da área técnica para que seja expedida ciência ao atual chefe do poder executivo.

- ✓ **Condução da política previdenciária:** o município não instituiu regime próprio de previdência para servidores públicos efetivos, limitando-se aos repasses de contribuições previdenciárias ao RGPS.
- ✓ **Riscos à sustentabilidade fiscal:** com base na **EC nº 109/2021**, a área técnica identificou que o município atingiu **103,14% das receitas correntes líquidas em despesas correntes**, ultrapassando o limite de 95%. Por essa razão, acolho sugestão da área técnica para **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo das ocorrências registradas no tópico 3.7.4 da ITC 04039/2025-6, sobre possíveis riscos à sustentabilidade fiscal, como forma de alerta.

3. **Demonstrações contábeis consolidadas do município:** a **seção 4 da ITC nº 04039/2025-6** apresenta a análise da consistência das demonstrações contábeis, segundo os pontos de controle predefinidos. Embora tenham sido verificadas algumas incorreções contábeis, a unidade técnica competente considerou que não há evidências de distorções relevantes capazes de comprometer a representação adequada da situação financeira, patrimonial e orçamentária nas Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2023, ensejando uma **conclusão não modificada**.

Assim, concluiu a área técnica que **não há conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o Balanço Patrimonial**, parte integrante da prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2023, não represente adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação financeira, orçamentária e patrimonial** do Município em **31 de dezembro de 2023**.

Todavia, em razão da existência de distorções, acato a proposição da área técnica para que seja expedida ciência ao atual gestor, ou a quem vier a lhe substituir, sobre a necessidade de:

- adotar as medidas necessárias para a efetiva conciliação do registro patrimonial de precatórios pendentes de pagamento, a fim de representar com fidedignidade a situação patrimonial do Município, em conformidade com a NBC TSP EC, item 3.10 (subseção 4.1.6 da ITC 04039/2025-6).

4. Resultado da atuação governamental

A **seção 5 da ITC nº 04039/2025-6** aborda o desempenho governamental, com destaque para as políticas públicas de educação, saúde e assistência social:

- ✓ **Educação:** No Município de Ponto Belo, verificou-se que dos oito indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), quatro têm alta probabilidade³ de ser(em) cumprido(s) e quatro apresenta(m) baixa probabilidade de ser(em) cumprido(s) até o término do PME, conforme evidenciado nos itens 5.1.1 e 5.1.2 da ITC 04039/2025-6. Assim, acato proposição da área técnica voto pela expedição de ciência ao chefe do Poder Executivo sobre as ocorrências identificadas no monitoramento do Plano Municipal de Educação, como forma de alerta, nos termos do art. 9º, III, da Resolução TC 361/2022.
- ✓ **Saúde:** Quanto às metas do Plano Municipal de Saúde, Das 46 metas propostas, 37 foram atingidas, o que indica um bom desempenho do município em relação ao alcance das metas planejadas. Quanto ao programa Previnde Brasil, foram alcançadas seis das sete metas estabelecidas. Já a meta relativa ao acompanhamento de hipertensos não foi alcançada.
- ✓ **Assistência Social:** O município gastou **R\$ 6.331.379,94** na função **Assistência Social**, registrando um crescimento de 10,2% em relação ao ano anterior e ocupando a **2ª posição** no ranking entre os municípios capixabas. Foram inscritas **4.196 pessoas** no **CadÚnico**, representando **64,58%** da população municipal. Além disso, **4,48%** das crianças entre 0 e 5 anos foram acompanhadas pelos serviços de saúde e assistência social em condição de **magreza ou magreza acentuada**, índice inferior à média estadual de **4,58%**.

5. Fiscalizações em destaque: a seção 6 da ITC nº 04039/2025-6 apresenta um resumo da auditoria operacional realizada em 2023 (Processo TC 4002/2023-

³ Foi considerado como “alta probabilidade” aqueles indicadores que alcançaram ao menos 95% de seus objetivos em 2023.

2), cujo objetivo foi avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância nas 78 Prefeituras Municipais capixabas e no Governo do Estado. A auditoria analisou aspectos estruturantes relativos a Planos pela Primeira Infância, intersectorialidade e orçamento. Constatou-se que o Município de Ponto Belo:

- a. até o final da auditoria não havia instituído o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI), embora estivesse em processo de elaboração;
- b. instituiu o Comitê Intersetorial para a Primeira Infância (CIPI), porém não contemplava os elementos que garantissem seu funcionamento adequado;
- c. no PPA vigente do Município não há priorização da primeira infância e os programas e ações específicos para essa faixa etária não estão suficientemente discriminados.

Tais constatações foram objeto de recomendações ao gestor nos autos em que foram processadas (Processo TC 4002/2023-2).

6. O **Controle interno** foi instituído pela Lei Municipal nº 350 de 14 de março de 2012, que define que Poder Legislativo municipal se submete às normas de procedimentos e rotinas expedidas pelo Poder Executivo Municipal. Foi encaminhado o documento Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Sistema de Controle Interno – RELOCI, que expressa, ao final, o parecer pela regularidade da prestação de contas
7. **Monitoramento das deliberações do colegiado:** não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Quanto aos achados constantes do RT 291/2024-1, cuja análise técnica encontra-se transcritas nas seções 9 e 10 da Instrução Técnica Conclusiva 04039/2025-6, passo a me manifestar na subseção II.2.1 deste voto.

II.2.1 ACHADOS

Verifico que o feito se encontra devidamente instruído, portanto, apto a um julgamento, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Quanto à irregularidade constante nos itens 4.1.5.1 do Relatório Técnico 291/2024-1, que trata da “Divergência entre os valores apurados no inventário de bens do imobilizado e o saldo registrado no Balanço Patrimonial Consolidado” ratifico o posicionamento da área técnica, descrito nas subseções 9.6 da Instrução Técnica Conclusiva 03989/2025-7 , acolhido também pelo Parquet de Contas (Parecer 04279/2025-6), adotando-o como razão de decidir para afastar o indício de **irregularidade**, conforme fundamentação exarada na referida instrução, independentemente de transcrição.

No que se refere às **irregularidades remanescentes**, passo a expor as razões que formaram meu convencimento.

II.2.1.1 Déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1)

Verificou-se ocorrência de resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 3.091.035,61, não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior.

Após citação e apresentação de justificativas, a análise técnica (subseção 9.1 da ITC) foi a que segue:

[...]

Trata-se de resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 3.091.035,61, não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior, uma vez que a fonte de recursos ordinários encerrou o exercício deficitária, não podendo ser coberta por fonte vinculada.

Conforme o Balanço Patrimonial - BALPAT do exercício 2022 (TC 4.840/2023, ev. 3), o Superávit Financeiro de 2022 foi de R\$ 9.321.231,27, sendo, R\$ 2.436,31 o total de fontes não vinculadas e R\$ 9.318.794,96 o total das fontes vinculadas.

Registre-se que se observou divergência de R\$ 1.339,59 no saldo em 31/12/2022 das fontes não vinculadas e vinculadas, entre os Balanços Patrimoniais de 2023 e 2022, sendo que o Total das Fontes de Recursos não apresenta divergência.

A defesa alega arrecadação em montante menor que a execução da despesa.

Alega ainda que o déficit financeiro pode ser coberto não só pela fonte de recursos ordinários, mas também pela fonte de recursos vinculados, até o limite do superávit financeiro vinculado a cada fonte de recurso específica.

Exatamente, conforme se verifica na p. 52 do RT 291/2024-1 (ev. 104), “O *superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo*

financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do art. 43, da Lei 4.320/1964.”

Não obstante a defesa tenha utilizado o exemplo da fonte 571 - Transferências de Municípios Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação, que utilizou devidamente o superávit financeiro do exercício anterior, observa-se que o mesmo não ocorreu com outras fontes, que apresentavam superávit nulo ou insuficiente em 31/12/2022 e consequentemente déficit em 31/12/2023:

BALPAT (TC 4673/2024, ev. 3)			
		31/12/2023	31/12/2022
5000000	Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos	-571.796,91	2.436,31
5000025	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE	-406.493,94	0,00
5400030	Transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos - 30%	-6.064,90	0,00
5400070	Transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	-227.336,44	0,00
5000015	Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde	-441.459,93	0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal (Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde)	-48.984,12	1.484.962,18
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes dos Governos Municipais	-0,11	0,00
705	Transferência dos Estados Referentes a Compensações Financeiras Pela Exploração de Recursos Naturais	-487,81	185.857,06
749	Outras Vinculações de Transferências	-2.104,78	0,00

E, embora a defesa alegue que o déficit apurado se encontra devidamente acobertado pelo superávit auferido no balanço do exercício anterior, em sua defesa ao item 3.3.1.1 - Defesa/Justificativa 00232/2025-2 (ev. 111, p. 5-11), o município assume a ocorrência de déficit financeiro em diversas fontes de recursos.

Observa-se, portanto, que não ficou demonstrado que as fontes foram cobertas pelos saldos de suas respectivas fontes de recursos, ou seja, houve resultado orçamentário deficitário não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior. Ressalta-se, portanto, a importância de se observar o parágrafo único do art. 8º da LRF:

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

[...]

Em sede de sustentação oral a defesa alega não ocorrência de déficit orçamentário já que o montante deficitário apontado de R\$ 3.091.035,61 entre empenhos e receitas realizadas inferior não somente ao superávit do exercício anterior, como também ao excesso de arrecadação do exercício e que a apuração do resultado orçamentário deve ser realizada considerando as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não segmentando por fonte de recursos. Trouxe aos

autos um julgado deste TCEES (Parecer Prévio 00076/2021-7 - 1ª Câmara, Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1, PCA/2019, Prefeitura Municipal de Viana) que, segundo alega, é no sentido de que tal irregularidade não impediria a aprovação das contas.

E, anexou para fins de prova o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do ano de 2024, demonstrando que no exercício subsequente a 2023, em análise, obteve superávit orçamentário de R\$ 1.134.145,39.

Ao analisar os argumentos apresentados na sustentação Oral (subseção 10.1 da ITC), a área técnica assim se manifestou:

[...]

Cabe destacar que a possibilidade de ocorrência de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada no Balanço Orçamentário em virtude da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, ou reabertura de créditos adicionais (especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência) não dispensa a observação à Lei Complementar 101/2000 (LRF).

Conforme o MCASP⁴ relativamente a utilização da fonte ou destinação de recursos (FR):

O controle das disponibilidades financeiras por fonte ou destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários.

[...]

Além da identificação da FR, há necessidade de identificar no exercício corrente, os recursos que foram arrecadados nos exercícios anteriores e que não foram comprometidos, os quais podem ser utilizados como superávit financeiro, observado o parágrafo único do art. 8º da LRF. Essa identificação poderá ocorrer entre o período de abertura do exercício e de utilização dos recursos como fonte para abertura de créditos adicionais, ressalvadas as necessidades apresentadas em legislação específica, que poderá determinar o momento exato da identificação da alteração no exercício. Ressalta-se que a identificação se os recursos são do exercício atual ou decorrentes de superávit

⁴ STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª Edição. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. p. 146-147.

deverão acompanhar a classificação por fonte ou destinação de recursos em todas as fases citadas anteriormente.

Além disso, consta do MCASP⁵ recomendação de utilização de notas explicativas para esclarecimentos a respeito da utilização do superávit financeiro e de reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário, de forma a possibilitar a correta interpretação das informações, porém, tais observações em Nota Explicativa não foram localizadas nos presentes autos.

Quanto ao Parecer Prévio 00076/2021-7 - 1ª Câmara, Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1, PCA/2019, Prefeitura Municipal de Viana, observa-se que foi apontado que o superávit orçamentário consolidado não refletia a realidade do município, visto que do superávit orçamentário de R\$ 6.864.244,12, R\$ 9.996.587,44 pertenciam ao Fundo Previdenciário, resultando assim em um déficit de R\$ 3.132.343,32 (Item 4.3.1 do RT 069/2021 e 2.2 da ITC 2995/2021) e a irregularidade foi mantida pela área técnica, contudo, o Conselheiro Relator divergiu da área técnica e do Ministério Público de Contas em seu voto, afastando a referida irregularidade. Portanto, não há similaridade entre os casos, Ponto Belo não possui RPPS e a análise leva em conta a situação fática específica.

Diante de todo o exposto e, considerando que a defesa não comprovou a observação do art. 8º da LRF por ocasião das aberturas de créditos adicionais, bem como quanto ao resultado da execução orçamentária, sugere-se **manter irregular** o indicativo de irregularidade correspondente a subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1 e 9.1 ITC 1585/2025 (art. 1º da Lei Complementar 101/2000).

Análise do Relator

Em relação a este item, acolho a proposta de encaminhamento constante da Instrução Técnica Conclusiva nº 04039/2025-6 para manter o indicativo de irregularidade, pelas razões expostas pela área técnica com as adições a seguir expostas.

Considero que, no presente caso, o déficit orçamentário no montante de R\$ 3.091.035,61, correspondente a 5,67% da receita arrecadada o que equivale a cerca de 21 dias de arrecadação⁶ do município, no exercício em análise. Tal fato, denota a materialidade do déficit orçamentário apurado nestas contas.

⁵ STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª Edição. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. p. 493-494.

⁶ Déficit orçamentário / [(Receita Total Realizada)/ 360dd]

Em relação a alegada mitigação da irregularidade em razão da reversão dos déficits no exercício subsequente, como já acentuado pela área técnica a situação fática destes autos é distinta daquela que resultou na prolação do Parecer Prévio 00076/2021-7 - 1ª Câmara, Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1. Neste sentido, vale destacar as razões de decidir do Parecer Prévio 76/2021-7-1ª Câmara:

“Parecer Prévio 00076/2021-7 -1ª Câmara

Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2019

UG: PMV - Prefeitura Municipal de Viana

Relator: Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Responsável: GILSON DANIEL BATISTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - EXERCÍCIO DE 2019 - **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS - AUTORIZAR ARQUIVAMENTO.**

[...]

As duas únicas irregularidades mantidas pela área técnica, corroboradas pelo Ministério Público de Contas, se referem a:

- **Apuração de déficit orçamentário com insuficiência de superávit financeiro de exercício anterior para cobertura** (Item 4.3.1 do RT 069/2021 e 2.2 da ITC 2995/2021); e

- Apuração de déficit financeiro evidenciando desequilíbrio das contas públicas (item 7.4.2 do RT 069/2021 e 2.5 da ITC 2995/2021).

Em ambas as irregularidades o gestor apresentou justificativa no sentido de que o déficit financeiro registrado em algumas fontes de recursos **decorreu de um problema no sistema contábil utilizado pelo município, que impactou no resultado daquelas fontes.** (grifo nosso)

Acrescenta ainda que, verificado o problema, fez-se a correção e que no exercício de 2020 já não houve mais o problema apontado no exercício de 2019, estando todas as fontes de recursos com superávit.

Ora, o gestor demonstra em sua peça de Defesa/Justificativa 464/2021 que, através das práticas de controle adotadas pelo município conseguiu, além de sanar todo o déficit de 2019, finalizar o exercício de 2020 superavitário.

Observa-se que, naquele julgamento (Parecer Prévio 00076/2021-7 -1ª Câmara), a mitigação da falha decorreu primeiro de uma justificativa lícita, qual seja a falha no sistema contábil ocasionando falha nos registros e na evidenciação do resultado. Nestes autos, Processo 4673/2024, o que verifica é a ocorrência déficit financeiro em razão da despesa ser superior à receita. Não há nos autos menção a falhas nos registros contábeis.

Além disso, conforme as razões de decidir, nos autos mencionados pela defesa, o gestor comprova a adoção de medidas efetivas para sanear a circunstância ocasionadora do problema, qual seja, corrigir o sistema de contabilidade.

Assim, considerando que o déficit orçamentário apurado equivale a 5,67% da receita arrecadada, e a não evidências de justificativas lícitas para sua ocorrência ou de circunstâncias atenuadoras do mesmo, **acompanho a área técnica e Ministério Público de Contas para manter a presente irregularidade.**

II.2.1.2 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1)

O Relatório Técnico apontou a ocorrência de déficit financeiro em diversas fontes de recursos vinculados e, também, na fonte de recursos não vinculados, conforme tabela 32 do RT, a seguir reproduzida:

Tabela 32 - Déficit financeiro por Fonte de Recursos Valores em reais

Fonte de recursos	Resultado Financeiro – R\$
5000025 – Receita de impostos e de transferências de impostos – MDE	- 406.493,94
5400030 – Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de impostos 30%	- 6.064,90
5400070 – Transferências do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos 70%	- 227.336,44
5000015 – Receita de impostos e transferências de impostos - Saúde	- 441.459,93
600 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS Governo Federal	- 48.984,12
705 – Transferências dos Estados referentes a compensações financeiras	- 487,81
749 – Outras vinculações de transferências	- 2.104,78
TOTAL	- 1.132.931,92
5000000 – Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos	- 571.796,91

Fonte: RT 291/2024-1 (peça 104)

Após citação, a defesa evidenciou que os valores do superávit financeiro apresentados no “balanço patrimonial”, foram gerados de forma consistente em relação aos demais demonstrativos integrantes da Prestação de Contas Anual de 2023 e de forma compatível com os valores apresentados no demonstrativo da

disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, e alegou que um dos principais fatores que contribuíram decisivamente para que a Prefeitura Municipal de Ponto Belo gerasse déficit financeiro em diversas fontes de recursos sem cobertura financeira na fonte de recursos ordinários para suprir as fontes deficitárias, foi fato do município ter contraído despesas de natureza essencial, de caráter continuado e com previsão plurianual para o exercício em análise, e que dada a essencialidade de sua contratação, não poderiam deixar de ser assumidas pelo município, pois gerariam um verdadeiro colapso nas áreas da saúde, educação, assistência social e infraestrutura urbana e de estradas no município, além de ter saído recentemente de um período pandêmico causado pela “COVID-19”, e ainda pelo fato de ter investido maciçamente recursos próprios nas áreas de educação e saúde, resultando num gasto superior ao mínimo constitucional.

O defendente solicitou afastamento da irregularidade, alegando que o inciso II, do art. 55 da LRF não impõe limites ao gestor durante o mandato e que, em 2024, não mediu esforços para equacionar os déficits e gerar superávit, de forma que não houve transferência de dívidas de uma gestão para outra, bem como o déficit financeiro gerado em 2023, foi integralmente sanado no exercício de 2024.

Ao analisar a área técnica manifestou-se como segue:

[...]

Trata-se da ocorrência de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas, no exercício 2024.

A defesa declarou que os valores evidenciados no Balanço Patrimonial estão em acordo com demais demonstrativos e apresentou alguns fatores como causadores dos déficits nas referidas fontes de recursos, assumindo a existência deles.

Também solicitou o afastamento da irregularidade com base no item 3, alínea b, do inciso III do art. 55 da LRF, alegando que ele não impõe nenhum limite ao gestor no decorrer do mandato, mas tão somente disciplina quanto à forma de elaboração do demonstrativo dos restos a pagar inscritos no exercício e, pelo fato de que, apesar da ocorrência de tais déficits, não se mediu esforços para equacionar os gastos e eliminar tais déficits já no exercício 2024.

Cabe, portanto, ressaltar a orientação contida no Manual de Encerramento de Mandato (Instrução Normativa TC 51):

[...]

Destarte, ao assumir uma obrigação de despesa por meio de contrato, convênio, acordo, ajuste ou qualquer outra forma de contratação, o gestor deve verificar previamente se poderá pagá-la, valendo-se de um fluxo de caixa que levará em consideração os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício (art. 42, parágrafo único, LRF).

[...]

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro. Extraordinariamente, podem ser cumpridas no exercício seguinte, desde que haja suficiente disponibilidade de caixa.

Anote-se ainda que, **embora a restrição do art. 42 da LRF seja aplicável ao último ano do respectivo mandato, a LRF exige o equilíbrio intertemporal, ou seja, equilíbrio ao longo dos exercícios, entre as receitas e as despesas públicas, como pilar da gestão fiscal responsável.**

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato, observadas as fontes dos recursos. **(negritei)**

Diante de todo o exposto, considerando que a presente prestação de contas se refere ao exercício de 2023, e houve déficit financeiro em diversas fontes de recursos, comprometendo o equilíbrio financeiro do município, opina-se por **manter irregular à subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1**, por se tratar de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 1º da Lei Complementar 101/2000).

[...]

Análise do Relator

Frente ao que dispõe o parágrafo único do art. 8º da LRF, é inegável a necessidade de gerenciamento dos gastos frente às receitas arrecadadas em suas respectivas fontes, vez que o uso de recursos vinculados em finalidade diversa daquela para a qual foram previstos é vedado.

Na apreciação deste item, usarei como régua balizadora o entendimento que verti na apreciação do Processo de Prestação de Contas Anual do Município de Mantenópolis, do qual resultou o Parecer Prévio 00015/2025-3, cujas premissas adotadas encontram-se resumidas no seguinte trecho do voto:

Em resumo, do extrato do voto, ora reproduzido, extrai-se que a decisão contida no Parecer Prévio 0122/2020 (Processo TC 03274/2018), que enquadrou a irregularidade relativa a apuração de déficits financeiros em diversas fontes de recursos no campo da ressalva, considerou as seguintes circunstâncias fáticas, alegadas por aquele gestor e verificadas nos autos:

- Redução do déficit financeiro em quase todas as fontes de recursos e nos recursos ordinários, **no exercício subsequente**;
- Queda na arrecadação em relação ao exercício anterior;
- Representatividade do déficit em relação à arrecadação do exercício, considerando a redução relativa das despesas, demonstrando esforço para reequilíbrio das contas

A consulta ao Balanço Patrimonial (BALPAT) do Município de Ponto Belo, bem como aos dados disponíveis no Painel de Controle, demonstram que o exercício de 2023, foi um ano de exceção em relação **aos déficits financeiros apurados por fontes, nas contas do Município de Ponto Belo, posto que até 2022 não havia descontrolado e em 2024, as informações disponíveis indicam ter ocorrido redução significativas dos déficits**, denotando possível adoção de medidas de controle.

Quadro 2: Trajetória do resultado financeiro apurado por fontes: 2022 a 2024

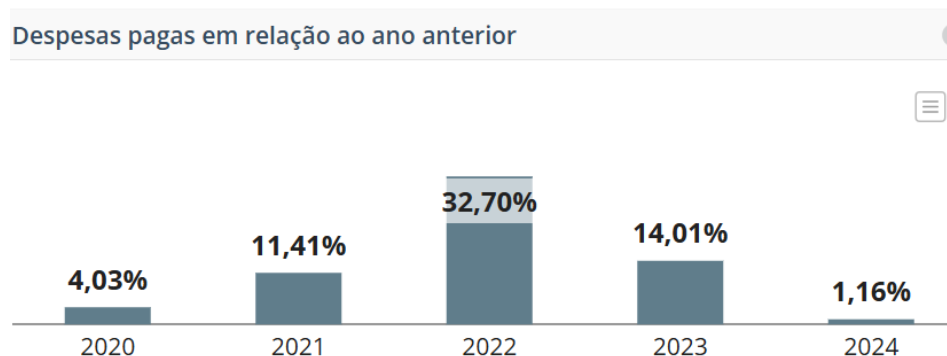
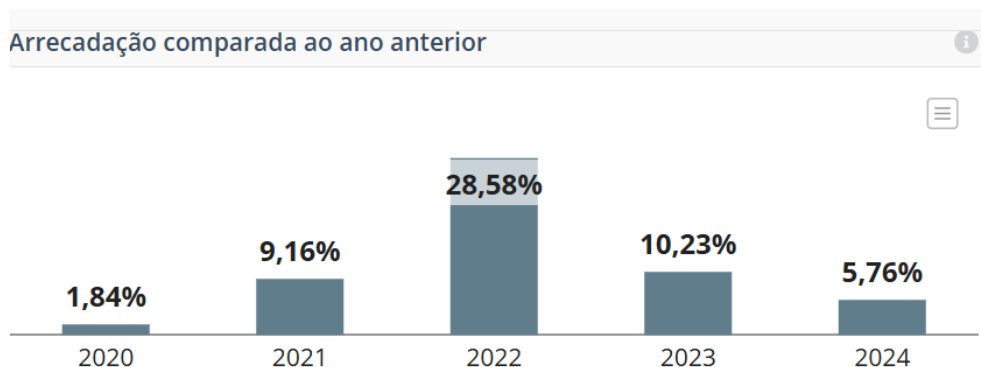
Fonte	Descrição	Processo TC 04763/2024		Painel de Controle (Gestão fiscal)
		Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2023	Saldo 31/12/2024
5000015	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	0,00	-441.459,93	6.337,59
5000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	3.775,90	-571.796,91	822.838,83
5000025	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	0,00	-406.493,94	-2.983,00
6000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.484.962,18	-48.984,12	2.515,55
6220000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS	0,00	-0,11	0,00
7050000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	185.857,06	-487,81	3.345,12
7490000	OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	0,00	-2.104,78	48.610,59
5400070	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%	0,00	-227.336,44	-6.446,12
5400030	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%	0,00	-6.064,90	0,00

Fonte: Processo 4673/2024-1 – BALPAT; Painel de Controle: gestão fiscal-superávit/déficit financeiro

Quanto à **arrecadação** municipal, a consulta ao Painel de Controle evidencia seu **crescimento**, acompanhada por crescimento da despesa em proporção de maior que a receita, conforme gráficos a seguir:



Gráfico1: Evolução anual de despesas correntes e receitas correntes
Fonte: Painel de Controle: Municípios – Gestão Fiscal – despesas.



No que tange à representatividade do déficit financeiro apurado nas fontes em relação à arrecadação do exercício, tem-se que o déficit financeiro de R\$ 1.704.728,94 representa 3,13% da arrecadação do exercício de 2023, o que equivale a cerca de 12 dias de arrecadação⁷ do município, no exercício em análise. Tal fato, denota a

⁷ Déficit financeiro apurado / [(Receita Total Realizada)/ 360dd]

materialidade do déficit financeiro apurado nestas contas e cujo recurso é vinculado. Neste sentido, é importante considerar que a despesa teve crescimento superior à receita arrecadada no exercício de 2023, portanto, não se verifica, neste caso concreto, redução relativa das despesas, indicando esforço para reequilíbrio.

Registro por fim, que, ainda que o crescimento da despesa tenha resultado em suplantação de outros indicadores fiscais, como a aplicação de recursos na saúde e na educação, ele não pode justificar do desequilíbrio na gestão fiscais.

Considero ainda que, embora a defesa atribua os déficits por fonte a: **(i)** essencialidade e continuidade de despesas; **(ii)** efeitos da pandemia; **(iii)** sobre-execução em saúde e educação. Tais alegações, contudo, não vieram acompanhadas de evidências suficientes que demonstrem, em cada fonte específica, a compatibilização entre obrigações e disponibilidade, razão pela qual não afastam o descumprimento de preceitos de responsabilidade fiscal quanto ao equilíbrio financeiro por destinação.

Diante do exposto, mesmo tendo sido verificado que a trajetória do resultado financeiro por fontes evidencia a quase eliminação dos déficits em 2024, **acompanho a área técnica na manutenção do achado**, ante a materialidade do achado e por considerar que o pressuposto da gestão fiscal foi desrespeitado, na medida que não houve adoção de medidas para prevenir, em 2023 os desajustes decorrentes da execução orçamentária, mesmo sendo verificado o descompasso entre o crescimento da receita e da despesa.

II.2.1.3 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa ((subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1)

Fora apontado no Relatório Técnico 291/2024-1 que conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, § 1º, IV, “c”, da LRF está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1 do mesmo diploma legal. Além disso, a instrução processual discorre sobre a necessidade da execução da

despesa orçamentária observar o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à vinculação dos recursos à sua finalidade específica.

Ao final aponta que fora verificado que, no encerramento do exercício de 2023, o Poder Executivo do Município de Ponto Belo **realizou inscrições de Restos a Pagar** sem suficiente disponibilidade de caixa, conforme resumido no quadro a seguir:

Quadro 2: Inscrição de restos a pagar sem disponibilidade financeira

Fontes	Inscrições de Restos a Pagar Processados	Inscrições de Restos a Pagar Não Processados
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	459.402,33	206.365,54
FONTES VINCULADAS		
5000025 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	151.908,57	137.967,17
5400070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)		237.752,00
5000015 - RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE	408.339,26	19.821,84
600 - TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	36.129,82	2.380,00
Subtotais	1.055.779,98	604.286,55
Total		1.660.066,53

Fonte: Relatório Técnico 291/2024-1, subseção 3.4.9
Resumo elaborado pelo Relator

Chamado aos autos, o gestor apresentou defesa contendo as mesmas alegações apresentadas para o achado relacionado ao déficit financeiro apurados nas fontes de recursos.

Ao analisar as justificativas a área técnica manifestou-se como segue:

Em sua defesa, o responsável reconheceu a inscrição de Restos a Pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa. Atribuiu a situação a diversos fatores, entre eles a realização de despesas de natureza essencial, de caráter continuado e com previsão plurianual, que o município teria contraído no exercício em análise; a geração de déficit financeiro em decorrência do período pandêmico causado pela Covid-19; assim como a investimento maciço nas áreas de educação e saúde no município, superior ao mínimo constitucional e legal exigido.

Há de se observar, no entanto, que as alegações da defesa, em vista da legislação vigente, não se aplicam para justificar o déficit ocorrido. A execução orçamentária da despesa deve observar a realização da receita, mesmo em relação à pandemia da Covid-19, as regras contidas no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal, da ação planejada, da prevenção de riscos e da correção de desvios que possam afetar o desequilíbrio das contas públicas, não foram afastadas em função das exigências ocorridas durante o período pandêmico, diferentemente de outros dispositivos legais da LRF que foram ajustados ao enfrentamento da Covid-19.

Da mesma forma, a previsão de cumprimento de limites constitucionais, seja de aplicação de 25% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), nos termos do art. 212, *caput*, da Constituição Federal, seja de aplicação de 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), nos termos do art. 198, § 3º, I, da Constituição Federal e do art. 7º, *caput*, da Lei Complementar 141/2012, não isentam o ente municipal de observância às regras previstas na LRF, da mesma forma em relação a valores de aplicação superiores aos limites previstos.

Na sequência, o responsável argumenta sua defesa em relação ao descumprimento do art. 42 da Lei Complementar 101/2000, que trata de obrigações a serem cumpridas por titular de Poder ou órgão referido no art. 20 da mesma Lei, no último ano de mandato, o que não é o caso. **O RT 291/2024-1 ao apontar o indício de irregularidade coloca como fundamentação legal o art. 1º, § 1º, da LRF.**

O defendente apresenta, ainda, alegações de ausência de limite definido na LRF para a inscrição de restos a pagar, ao se referir à alínea “b”, inciso III, do art. 55, da LRF.

Vejamos o que diz o Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional (Órgão Central de Contabilidade da União, responsável pela edição de normas gerais para consolidação das contas públicas – art. 50, § 2º, da LRF), válido para o exercício de 2023, às págs. 647 a 649, ao tratar do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

04.05.01.02 Objetivo do Demonstrativo

O Demonstrativo visa a dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação, em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, alíneas “a” e “b”. **O limite de inscrição em restos a pagar não processados, em cada exercício, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. A disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados permite que se avalie a inscrição em RP não processados também de forma individualizada.**

Na verificação da possibilidade de inscrição em restos a pagar não processados, da disponibilidade de caixa bruta devem ser deduzidas as despesas inscritas em restos a pagar processados, as despesas inscritas em restos a pagar não processados em exercícios anteriores e as demais obrigações de despesa que não tenham passado pela execução orçamentária. Caso não haja suficiente disponibilidade de caixa para quitar todas essas obrigações, o limite de inscrição em restos a pagar já não estará sendo observado. **Além da demonstração do cálculo da disponibilidade de caixa para cada uma das vinculações existentes, deverá ser apresentada também a disponibilidade de caixa para os recursos não vinculados. Assim, esse**

demonstrativo apresenta o cálculo da disponibilidade de caixa e demonstra se o ente possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

Ressalta-se que o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “c” da LRF, está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1º da mesma lei, que estabelece como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada, a transparência, o cumprimento das metas e a obediência aos limites, e também ao disposto no art. 9º, também da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso seja verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Dessa forma, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição em restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.

Observa-se então, como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios.

Esse demonstrativo possibilita também a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF, de forma que no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira de cada órgão referido no art. 20 da mesma lei haja suficiente disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações de despesa contraídas. Essa verificação se dá pelo confronto das obrigações contraídas com a disponibilidade de caixa existente.

Apesar de a restrição estabelecida no art. 42 se limitar aos dois últimos quadrimestres do respectivo mandato, a LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o que impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros. (grifo nosso)

Portanto, não há que se discutir as regras do art. 42, trata-se aqui do art. 1º, § 1º, da LRF. Na atualidade não é apropriada a argumentação quanto a ausência de limite para o gestor contrair dívidas, o próprio defendente expõe em sua defesa: “É evidente que ao elevar as inscrições em restos a pagar durante os primeiros anos de gestão, maiores serão as chances de descumprimento da determinação contida no art. 42 da LRF ao término do mandato”.

O que se impõe na LRF, e deve ser aplicado no caso em tela, é o pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal e a ação planejada, observando e combinando os diversos artigos da LRF: art. 1º, art. 8º, art. 9º, art. 42, art. 55, e outros.

Por fim, argumenta o responsável que apesar da insuficiência de disponibilidade de caixa constatada ao final do exercício de 2023, a Prefeitura de Ponto Belo, no exercício de 2024, equacionou os gastos à arrecadação, sanando a inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiência financeira, o que se pode constatar na Prestação de Contas Mensal (Mês 13 de 2024) do município, em consulta ao sistema CidadES.

No entanto, em relação ao exercício de 2023, **sugerimos não acolher as alegações de defesa** e, conseqüentemente, manter o achado apontado na

subseção 3.4.9 do Relatório Técnico 291/2024-1 (Disponibilidade de caixa e restos a pagar), por infringência ao art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000.

Em sede de sustentação oral o responsável apresentou alegações semelhantes às já apresentadas na fase inicial do processo: demandas decorrentes da Covid-19, realização de investimentos significativos na saúde e na educação e reversão do quadro de déficit em 2024. Mencionou o Parecer Prévio 0111/2021-2ª Câmara e Parecer Prévio 0045/2023, sob alegação de que tais julgados entendem que a manutenção das referidas irregularidades - inscrição de restos a pagar e déficit financeiro - não comprometem, conselheiros, as contas. Autorizando a recomendação pela aprovação com ressalvas.

Ao analisar os argumentos apresentados em sede de sustentação oral, a área técnica (subseção 10.2) da ITC, reafirmou seu entendimento manifestado anteriormente, de que a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição em Restos a Pagar deve acontecer em todos os exercícios, sempre observada a vinculação dos recursos legalmente vinculados (Art. 8º, § único, da LRF).

A área técnica afirma que tal entendimento é fortalecido no item 1.4 do Acórdão TC 1.077/2023-1 – Plenário (Processo TC 573/2022-1), que trata, entre outros assuntos, da uniformização de jurisprudência de que “o controle de despesas sem disponibilidade de caixa não se aplica apenas no último ano do mandato, mas durante toda a gestão”.

Assim, considera que o responsável não apresentou nada de novo à sua defesa para afastar as irregularidades evidenciadas e sugere que seja mantido o indício apontado na subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1 e mantido no item 9.5 da ITC 1.585/2025-4, por infringência ao art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000.

Análise do Relator

De início cumpre registrar que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) exige o emprego de cautela fiscal ao manejar com a inscrição em restos a pagar, inclusive não processados, a qualquer tempo da gestão.

Nesse sentido, dispõe o art. 1º, § 1º, da LC nº.101/2000, que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”. [grifei.]

Também em seu art. 55, inciso III, alínea “b”, item 3, a LC n. 101/2000 prevê que o Relatório de Gestão Fiscal “conterá [...] demonstrativos, no último quadrimestre [...] da inscrição em Restos a Pagar, das despesas [...] empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa”. [grifei]

Deste modo, em harmonia com os julgados deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo⁸, sou de opinião que, como medida para a boa gestão fiscal a fim de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a inscrição em restos a pagar deve observar a existência de disponibilidade financeira, conforme regra imposta pelo artigo 55, III, b da LRF, no transcorrer de toda a gestão e não apenas no exercício de encerramento de mandato. Todavia, destaco que esta determinação é diferente daquela contida no art. 42.

Assim, a inscrição em restos a pagar sem disponibilidade financeira ao longo da gestão, quando não configurado o descumprimento do art. 42, não pode ser avaliada como um fato isolado ocasionador de desequilíbrio financeiro das contas analisadas

⁸ Parecer Prévio 0084/2023-8, Processo TC 00747/2023-1- Recurso de Reconsideração; Parecer Prévio 126/2023, Processo TC 2410/2021- PCA Prefeito; Parecer Prévio 0087/2019, Processo 4007/2018-9- PCA Prefeito; Parecer Prévio 0060/2020-8, Processo TC 3731/2018-1- PCA Prefeito; Parecer Prévio 0048/2021-5, Processo TC 4537/2020 – Recurso de Reconsideração.

e lesivo à boa gestão, antes deve ser avaliado o reflexo sobre o resultado da gestão como um todo.

Neste sentido, merecem destaque alguns resultados da gestão orçamentária, financeira e fiscal do exercício de 2023: o Município obteve Índice de Capacidade de Pagamento (CAPAG) “C”, o que representa uma queda expressiva em relação ao 2021, cujo conceito era “A”.

Conforme tratado na subseção II.2.1.1 deste voto, o **resultado orçamentário** foi **deficitário** em R\$ 3.091.035,61 e foi apurado **déficit financeiro por fontes** no montante de R\$ 1.704.728,94 (subseção II.2.1.1 deste voto). Além disso, observou-se o **descumprimento das metas fiscais de resultado primário e nominal** (subseção 3.4.1 da ITC 04039/2025-6).

Ademais, considerando que a despesa executada no exercício totalizou R\$ 57.580.167,39, o montante de **Restos a Pagar inscrito no exercício, sem disponibilidade** (R\$ 1.660.066,53), representava cerca de **2,88% da despesa executada**. É de se destacar que, conforme os apêndices “M” a “T”, da ITC 04039/2025-6, **as despesas inscritas em restos a pagar sem disponibilidade financeira são relativas, em sua grande maioria, a contribuição previdenciária e vencimentos e vantagens devidas aos servidores municipais**.

Considero ainda que, no caso sub-exame, a defesa reconhece que houve a inscrição sem a devida suficiência de caixa e justifica-se afirmando:

[...]

Um dos principais fatores que contribuíram decisivamente para que a Prefeitura Municipal de Ponto Belo gerasse déficit financeiro em diversas fontes de recursos sem cobertura financeira na fonte de recursos ordinários para suprir as fontes deficitárias, se deve ao fato do município ter contraído despesas de ***natureza essencial, de caráter continuado e com previsão plurianual*** para o exercício em análise, que dada a essencialidade de sua contratação, não poderiam deixar de serem assumidas pelo município, pois gerariam um verdadeiro colapso nas áreas da saúde, educação, assistência social e infraestrutura urbana e de estradas no município.

O segundo ponto considerado decisivo para que o município de Ponto Belo gerasse déficit financeiro em diversas fontes de recursos, deve-se ao fato de que o município de Ponto Belo, assim como os demais municípios brasileiros, ter saído recentemente de um período pandêmico causado pela “COVID-19”,

que sem sombra de dúvidas, gerou sérios prejuízos ao país, principalmente nas áreas de educação e saúde.

O terceiro fator que contribuiu de forma decisiva para a geração do déficit financeiro apurado pelo TCEES, deve-se ao fato do município de Ponto Belo ter investido maciçamente recursos próprios nas áreas de educação e saúde, aplicando o percentual de 33,49% em educação e 20,98% em saúde, resultando num gasto superior ao mínimo constitucional exigido em educação de 25%, equivalente a R\$ 2.333.459,76 e um gasto superior ao mínimo exigido em saúde de 15%, equivalente a R\$ 1.644.303,42.

[...]

As alegações apresentadas carecem de evidências, capazes de afastar a gravidade do descumprimento de um dos preceitos da responsabilidade fiscal. Ademais, ainda que o crescimento da despesa tenha resultado em suplantação de outros indicadores fiscais, como a aplicação de recursos na saúde e na educação, ele não pode justificar o descumprimento de limite de inscrição em restos a pagar, sob pena de resultar em desequilíbrio das contas públicas.

Assim, embora a gestão tenha observado outros limites legais e constitucionais, entendo que as presentes contas não evidenciam ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Desta forma, neste caso concreto, acompanho o entendimento técnico e ministerial, no sentido de **manter o presente indicativo, com capacidade para macular presentes contas.**

II.2.1.4 Contribuições Previdenciárias

II.2.1.4.1 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1 e 9.2 e 10.1 ITC 1585/2025)

O Relatório Técnico apontou ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS, tendo em vista que **foram pagos apenas 64,04% do total devido** de contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS, em relação à folha de pagamentos (PCF).

II.2.1.4.2 Ausência de recolhimento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1 e 9.3 e 10.1 ITC 1585/2025)

O Relatório Técnico apontou ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS, tendo em vista que **foram recolhidos apenas 77,90% dos valores devidos**, retidos dos servidores, em relação à folha de pagamentos (PCF).

Justificativas apresentadas

Inicialmente, mediante Defesa/Justificativa 232/2025-2, (ev. 111, p. 30-37), acompanhada de documentos de prova na Peça Complementar 4.258/2025-4, (ev. 112, Doc. 004 – p. 18-26) a defesa alegou, em síntese, que o município ficou impossibilitado de arcar com os compromissos previdenciários em virtude das dificuldades financeiras vivenciadas pelos municípios e suas unidades gestoras, e também em virtude de aplicação em saúde e educação superior ao mínimo constitucional, alegando ainda, boa-fé nos atos praticados pelo gestor.

Alegou ainda que os valores em atraso foram incluídos em parcelamento de débito junto à Secretaria da Receita Federal, devidamente atualizados, tendo sido realizado dois parcelamentos:

Parcelamento	Data da consolidação	Dívida consolidada no parcelamento (R\$)
0226.00011.0000316855.23-00	25/10/2023	619.659,57
0226.00011.0000101794.24-34	11/01/2024	422.823,39

Alegou que, apesar do atraso, em 2023 recolheu valores significativos À previdência e que nem sempre os atrasos são motivados pelo gestor público mas sim em virtude das dificuldades financeiras vivenciadas pelos municípios e suas unidades gestoras, que acabam inviabilizando-os a honrar integralmente com os compromissos

assumidos, devendo-se verificar a boa-fé ou não na prática dos atos pelo gestor visando determinar sua responsabilidade por meio de devido processo legal.

A área técnica aos analisar as justificativas considerou que o Acórdão nº. 1.064/2024-1, trata de objeto diferente do aqui analisado, por se encontrar em fase posterior do presente, referindo-se a recurso de reconsideração (TC4.366/2024) do Acórdão TC 440/2024-4- 2ª Plenário (TC 7.600/2022 - Tomada de Contas Especial Determinada), que trata da responsabilização financeira do gestor, responsável pelos recolhimentos em atraso das contribuições previdenciárias e concluiu por manter as irregularidades argumentando que embora o responsável tenha demonstrado a regularização dos débitos previdenciários mediante acordo de parcelamento de débitos, c o recolhimento intempestivo das contribuições previdenciárias patronais, bem como sua inclusão em processo de parcelamento onera o município e causa claro prejuízo financeiro ao erário. Assim, sugeriu a manutenção dos achados tratados nas **subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1** e a expedição de **determinação** para instauração de procedimentos administrativos na forma da Instrução Normativa TC 32/2014, visando:

- a) a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),
- b) a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento e,
- c) o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público.

Em sede de sustentação oral, o gestor reiterou o argumento de que os débitos previdenciários foram objeto de dois parcelamentos, sob o argumento de que o Município buscou prontamente resolver as referidas pendências, não se quedando inerte. Argumentou que o encaminhamento proposto pela ITC 01585/2025-4, não retrata o posicionamento do TCEES, sem prejuízo de procedimento específico para apuração de responsabilidades. Para sustentar sua alegação citou o Parecer Prévio 0042/2022-6 – 2ª Câmara (Processo TC 3302/2020, 3303/2020).

Ao analisar os argumentos trazidos em sede de sustentação oral a área técnica manifestou-se como segue (subseção 10.1 da ITC 04039/2025-6):

ANÁLISE TÉCNICA CONJUNTA (ITENS 2.2 e 2.3):

O indicativo 2.2 se refere ao pagamento de apenas **64,04%** (R\$ 2.077.391,40) das contribuições previdenciárias patronais RGPS devidas no exercício 2023 (R\$ 3.243.758,00), passíveis, portanto, de justificativas para fins de análise das contas.

O indicativo 2.3 se refere ao recolhimento de apenas **77,90%** (R\$ 1.008.935,25) das contribuições previdenciárias RGPS do servidor devidas (R\$ 1.295.090,49) no exercício 2023, passíveis de justificativas, para fins de análise das contas.

Em sede de defesa oral, a defesa encaminhou justificativa em conjunto para os itens 2.2 e 2.3, reafirmou a realização de dois parcelamentos, em outubro/2023 e janeiro/2024, visando regularização de pendências junto ao INSS, e que o município buscou prontamente resolver a pendência sem ficar inerte diante da situação.

No entanto, alega entender que a sugestão de encaminhamento registrada pela ITC a respeito da irregularidade não retrata o posicionamento do TCEES sobre o assunto, pois o não recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias seguido de sua regularização e adimplemento pelo ente não impede a aprovação das contas, sem prejuízo da instauração do procedimento específico para a apuração da responsabilidade pelos atrasos e eventual cobrança pelos acréscimos legais.

Buscando calçar seu entendimento, citou como exemplos em função de sua similaridade o Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara, TC 03302/2020-4 e 03303/2020-9, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Exercício: 2019, Prefeitura Municipal de Brejetuba, e o Parecer Prévio 00092/2023-2 – Plenário, TC 05220/2022-1, 03303/2020-9, 03302/2020-4, Recurso de Reconsideração, Prefeitura Municipal de Brejetuba, e solicitou, o enquadramento das irregularidades no campo da ressalva, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo, nos moldes da Instrução Normativa n. 32/2014, para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento, bem como devem ser identificados os períodos e os responsáveis.

Em consulta ao TC 03302/2020-4, 03303/2020-9 e 05220/2022-1, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Exercício: 2019, Prefeitura Municipal de Brejetuba, observa-se que:

- O item 2.1 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.2 do RT 201/2021 trata de divergência entre o valor pago de obrigações previdenciárias da unidade gestora e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS), indicando pagamento a menor, que representou 86,62% dos valores devidos.

A defesa demonstrou que o valor devido decorreu de divergência entre o valor devido e o valor pago, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro/2019, discriminou cada valor e diferença apurada, comprovando seu pagamento. A área técnica manteve a irregularidade no campo da ressalva com determinação ao gestor para tomada de medidas administrativas a fim de apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019;

- O item 2.2 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.4 do RT 201/2021 trata de divergência entre o valor recolhido das obrigações previdenciárias do servidor e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS), indicando pagamento a menor que representou 81,01% dos valores retidos.

A defesa demonstrou e comprovou que os valores pertinentes aos meses 11, 12 e 13/2019, foram pagos em 2020, portanto em atraso, inclusive com a adição de encargos financeiros, a irregularidade foi mantida no campo da ressalva, haja vista que o pagamento foi efetuado, com determinação ao gestor que tome medidas administrativas a fim de apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019.

O Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara, foi prolatado recomendando o a aprovação com ressalvas com determinação, no entanto, o Ministério Público de Contas impetrou recurso (TC 05220/2022-1), por entender se tratar de graves infrações por parte do gestor responsável, que resultaram em dano ao erário; no entanto, o Parecer Prévio 00092/2023-2 – Plenário, TC 05220/2022-1, 03303/2020-9, 03302/2020-4, Recurso de Reconsideração, Prefeitura Municipal de Brejetuba, negou provimento ao recorrente (MPC).

Desta forma, manteve-se a resolução do PARECER PRÉVIO TC-042/2022, que recomendou a APROVAÇÃO COM RESSALVAS, com determinação para instauração de procedimento administrativo pelo município visando apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019.

Destaca-se, no entanto, que o exemplo acima não guarda total similaridade com os itens em análise, tendo em vista a proporcionalidade dos eventos, já que no exemplo citado os valores pagos e recolhidos eram de 86,62% e 81,01% dos devidos de contribuição previdenciária patronal e de servidores respectivamente, **e foram integralmente pagos no exercício subsequente, ainda que com multa e juros. (grifos nossos)**

Em contrapartida, nos presentes autos os valores pagos e recolhidos são de 64,04% e 77,90%, dos devidos de contribuição previdenciária patronal e de servidores respectivamente, e foram incluídos em parcelamentos de débitos com a Secretaria da Receita Federal, incorrendo em multa e juros incidentes sobre o saldo da dívida (TC 4.673/2024, Peça Complementar 4.258/2025, pç. 111, p. 18-26).

Não obstante a defesa considere os parcelamentos realizados como resolução da pendência existente, a ausência de pagamentos das contribuições previdenciárias patronal e dos segurados, causou ônus ao município, visto que a realização dos parcelamentos agregou ao débito atualização e multa, onerando ainda mais o município, e incorrendo em grave infração à norma legal e constitucional. Além do mais, é exigível do município adimplir regularmente as parcelas para que seja saneada a pendência.

Sendo assim, considerando todo o exposto, sugere-se **manter** as irregularidades das subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1, 9.2 e 9.3 da ITC 1585/2025 e, 2.2 e 2.3 desta Manifestação, em decorrência de grave infração à norma legal e constitucional (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964, artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991 e Artigo 201 da Constituição da República).

Além disso, **ratifica-se a determinação** para instauração de procedimentos administrativos na forma da Instrução Normativa TC 32/2014 e no prazo assinalado pelo relator, visando:

- a) a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),
- b) a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento e,
- c) o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público.

Análise do Relator

Acompanho integralmente as análises técnicas contidas na ITC 04039/2025-6, pelas mesmas razões por elas expostas e destacando que, embora em razão do não pagamento das contribuições o gestor alegue o parcelamento dos débitos, a ausência de medidas efetivas para o pagamento dos débitos previdenciários põe em risco a capacidade de acumulação de recursos e consequentemente de concessão de benefícios futuros pelos regimes previdenciários. Dessa forma, outras ações visando a regularização futura, junto ao Ministério da Previdência, não substituem a obrigação de efetuar o pagamento e o recolhimento da obrigação tributária previdenciária em dia.

Conforme já acentuado pela área técnica, o julgado trazido pelo responsável para sustentar que tal irregularidade tem sido atenuada por esta Corte de Contas, retrata uma situação fática diferente daquela enfrentada nestes autos: primeiro porque o percentual de atraso tratado nos autos em que foi prolatado o Parecer Prévio 0042/2022-6, é bastante inferior ao tratados nos presentes autos e, segundo porque naqueles autos, o gestor em sua defesa, identificou e comprovou o pagamentos dos débitos no exercício subsequente.

Nestes autos, que ora se aprecia, além dos percentuais de débitos não recolhidos serem bem mais altos que aqueles tratado no Parecer Prévio 042/2022-6 (TC 3302/2020-4)⁹, o gestor não os identificou e, apesar de comprovar o parcelamento, a análise da PCA como um todo revela que esta obrigação foi transferida para o próximo exercício financeiro, sem deixar recursos financeiros suficientes para cobri-los, conforme demonstram os apêndices “M” a “T” da ITC 4039/2026 nos quais se verifica que as contribuições para o INSS compreendem os Valores inscritos em Restos a

⁹ Entendimento mantido pelo Parecer Prévio 0092/2023-2, prolatado no Processo Recurso de Reconsideração 05220/2022-1

Pagar Processados (Liquidados e Não Pagos e Não Liquidados) no exercício de 2023 sem suficiente disponibilidade de caixa.

Ante o exposto, neste caso concreto, acompanho o entendimento técnico e ministerial, no sentido **manter as irregularidades tratadas nas subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1 e analisadas conclusivamente nas subseções 9.2, 9.3 e 10.1 da ITC04039/2025-6, com capacidade para macular presentes contas, bem como para expedir determinação** para instauração de procedimentos administrativos na forma da Instrução Normativa TC 32/2014 e no prazo assinalado pelo relator, visando:

- a) a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),
- b) a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento e,
- c) o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público.

II.2.2 CONCLUSÃO

Em relação aos apontamentos tratados nas subseções 3.2.1.5, 3.3.1.1 e 3.4.9 do RT 291/2024-1, analisados nas subseções II.2.1.1, II.2.1.2 e II.2.1.3 deste voto, mesmo tendo sido verificado que a trajetória do resultado orçamentário e financeiro por fontes evidencia a quase eliminação dos déficits em 2024, acompanho a área técnica na manutenção dos achados, uma vez que o Município obteve Índice de Capacidade de Pagamento (CAPAG) classificado como “C”, o que representa uma queda acentuada em relação a 2021, as metas de resultado nominal e primário foram descumpridas e não há evidências de que os gastos que ocasionaram a suplantação dos limites nas áreas de saúde e educação eram obrigatórios e inescusáveis, de forma a justificar ou ainda atenuar a não observância do pressuposto da gestão fiscal, que é a adoção de

medidas para corrigir os riscos e prevenir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, em 2023, os desajustes decorrentes da execução orçamentária, que resultou, inclusive, no atraso de contribuições previdenciárias, que são a causa principal da inscrição em restos a pagar sem suficiente disponibilidade de caixa.

Em relação aos indicativos tratados nas subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1 analisados nas subseções II.2.1.1, II.2.1.2 e II.2.1.3 deste voto, que tratam do pagamento e recolhimento da contribuição previdenciária devida ao Regime Geral de Previdência, a situação fática presente nestes autos difere daquela tratada no Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara. Ademais, apesar de comprovar o parcelamento, a análise da PCA como um todo revela que esta obrigação foi transferida para o próximo exercício sem deixar recursos financeiros suficientes para cobri-los, conforme demonstram os apêndices à ITC 04039/2025-6, que demonstram que as contribuições para o INSS compreendem os Valores inscritos em Restos a Pagar Processados (Liquidados e Não Pagos e não liquidados) no exercício de 2023 sem suficiente disponibilidade de caixa.

Desta, voto pela manutenção das irregularidades tratados nas subseções 3.2.1.5, 3.3.1.1 e 3.4.9 e nas subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1, analisados nas subseções II.2.1.1, II.2.1.2, II.2.1.3 e II.2.1.4 deste voto, com potencial para macular as contas. Da mesma forma, voto para que seja **expedida determinação** dirigida ao município de Ponto Belo, na pessoa de seu prefeito, Sr. JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, ou eventual sucessor no cargo, para que, no prazo de encaminhamento da próxima prestação de contas, tome as providências para instauração de procedimentos administrativos, na forma da Instrução Normativa TC 32/2014, visando:

- a) a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),

b) a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento e,

c) o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público.

Por fim, registro o **acolhimento das proposições de CIÊNCIA** ao Chefe do Poder Executivo Municipal em relação às demais impropriedades ou distorções trazidas na fase instrutória pela Área Técnica.

III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Por todo o exposto e com base na competência outorgada pelo inciso V, do artigo 29, da Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas), acompanho a área técnica e o Ministério Público de Contas e VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação:

1. PARECER PRÉVIO TC-077/2025:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. Manter com capacidade para macular as contas anuais as seguintes irregularidades:

1.1.1 Déficit na execução orçamentária (subseção **3.2.1.5** do RT 291/2024-1 e subseção II.2.1.1 do voto do Relator)

1.1.2 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção **3.3.1.1** do RT 291/2024-1 e subseção II.2.1.2 do voto do Relator)

1.1.3 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa ((subseção **3.4.9** do RT 291/2024-1 e subseção II.2.1.3 do voto do Relator)

1.1.4 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção **3.2.1.15.1** do RT 291/2024-1 e 9.2 e 10.1 ITC 1585/2025 e subseção II.2.1.4.1 do voto do Relator)

1.1.5 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção **3.2.1.15.1** do RT 291/2024-1 e 9.2 e 10.1 ITC 1585/2025 e subseção II.2.1.4.2 do voto do Relator)

1.2. Emitir **PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal a **REJEIÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pelo Prefeito Municipal de Ponto Belo, Senhor Jaime Santos Oliveira Junior, nos termos do art. 80, III, da Lei Complementar n.º 621/2012 c/c o art. 132, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

1.3. Com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c o art. 329, § 7º, do RITCEES, expedir **DETERMINAÇÃO** dirigida ao Município de Ponto Belo, na pessoa de seu prefeito, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior, ou eventual sucessor no cargo, para que, no prazo de encaminhamento da próxima prestação de contas:

1.3.1. Instaure os procedimentos administrativos na forma da Instrução Normativa TC 32/2014, visando: **a)** a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB); **b)** a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento; e, **c)** o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público (subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1, analisadas conclusivamente nas subseções 9.2 e 9.3 da ITC 1.585/2025-4, subseção 10.1 da ITC 04039/2025-6 e II.2.1.4 deste voto)

1.4. Com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2012, expedir **CIÊNCIA** dirigida ao município de Ponto Belo, na pessoa de seu prefeito, o Sr. Jaime Santos Oliveira Junior ou eventual sucessor no cargo, como forma de **ALERTA**:

- 1.4.1. da necessidade de dar execução aos programas/ações prioritários definidos na LDO, na forma do art. 165, §§ 2º, 10 e 11 da Constituição da República [subseção 3.2.1.1 da ITC nº 04039/2025-6];
- 1.4.2. da necessidade de regulamentação da ordem cronológica de pagamentos em observância ao que determina o artigo 141 da lei federal nº 14.133/2021 [subseção 3.2.1.14 da ITC nº 04039/2025-6];
- 1.4.3. da necessidade de o Município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência, inclusive quando do encaminhamento de novos projetos de lei [subseção 3.5.2 a 3.5.4 da ITC nº 04039/2025-6];
- 1.4.4. dos possíveis riscos à sustentabilidade fiscal, especialmente tendo em vista que o Município extrapolou o limite de 95% da EC nº 109/2021, no exercício de 2023 [subseção 3.7.4 da ITC nº 04039/2025-6];
- 1.4.5. da necessidade de adotar as medidas necessárias para a efetiva conciliação do registro patrimonial de precatórios pendentes de pagamento, a fim de representar com fidedignidade a situação patrimonial do Município, em conformidade com a NBC TSP EC, item 3.10 [subseção 4.1.6 da ITC nº 04039/2025-6];
- 1.4.6. da necessidade de monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME, considerando que, dos oito indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), quatro têm alta probabilidade de serem cumpridos e quatro apresentam baixa

probabilidade de serem cumpridos até o término do PME [subseção 5.1.1 da ITC nº 04039/2025-6];

1.5. Dar CIÊNCIA ao responsável, aos interessados e ao Ministério Público junto ao Tribunal, na forma regimental;

1.6. DISPONIBILIZAR, juntamente com o Voto e Parecer Prévio, a ITC 04039/2025-6;

1.7. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 26/09/2025 - 38ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Davi Diniz de Carvalho (presidente/relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Sérgio Aboudib Ferreira Pinto.

CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões

